



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ –
SICOOB-UNI

CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstração das Sobras e Perdas
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2017	2016
		Reapresentado
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	49.032.629	37.526.480
Operações de Crédito	10.752	188.407
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	49.021.877	37.338.073
DISPENDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.220	18.699
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.220	18.699
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	49.036.849	37.545.179
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPENDIOS/DESPESAS OPERAC.	(43.409.061)	(28.912.185)
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	-	185.891
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(3.191.968)	(3.159.315)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.384.704)	(1.545.097)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(26.694)	(25.119)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	57.258
Outros Ingressos/Receitas Operacionais (Nota 16)	7.801.741	13.264.964
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(173.235)	(326.559)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos (Nota 17)	(46.434.201)	(37.364.211)
RESULTADO OPERACIONAL	5.627.788	8.632.993
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE	5.627.788	8.632.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI

CNPJ: 04.243.780/0001-51

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	30/06/2017	30/06/2016	Discriminação	NOTA	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		1.030.107.965	668.366.149	Circulante		988.709.774	640.443.991
Disponibilidades	04	1.673.346	233.195	Relações Interfinanceiras	13	976.996.909	625.972.057
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	789.411.545	544.884.784	Outras Obrigações	14	11.712.866	14.471.933
Títulos e Valores Mobiliários	06	236.948.455	117.355.608				
Operações de Crédito	07	-	837.946				
Operações de Crédito - Setor Privado		-	859.410				
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		-	(21.464)				
Outros Créditos	08	1.973.843	4.921.247				
Outros Valores e Bens	09	100.776	133.369				
Não Circulante		22.340.716	18.886.432	Patrimônio Líquido		63.738.907	46.808.590
Realizável a Longo Prazo		1.217.774	564.560	Capital Social	15a	48.971.970	37.151.523
Operações de Crédito	07	500.575	-	Reserva Legal	15b	1.320.446	418.771
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(5.006)	-	Reserva Especial	15c	7.818.703	605.303
Outros Créditos	08	722.205	564.560	Sobras Acumuladas	15d	5.627.788	8.632.993
Investimentos	10	18.595.882	15.425.908				
Imobilizado de uso	11	2.297.968	2.587.846				
Intangível	12	229.092	308.119				
TOTAL DO ATIVO		1.052.448.681	687.252.581	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.052.448.681	687.252.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	34.255.527	418.771	605.303	363.182	35.642.782
Integralizações/Subscrições de Capital	2.532.814	-	-	-	2.532.814
Incorporação de Sobras	363.182	-	-	(363.182)	-
Sobras	-	-	-	8.632.993	8.632.993
Saldos em 30 de junho de 2016	37.151.523	418.771	605.303	8.632.993	46.808.590
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.395.789	1.320.446	5.113.678	2.705.025	54.534.938
Integralizações/Subscrições de Capital	3.664.747	-	-	-	3.664.747
Sobras	-	-	-	5.627.788	5.627.788
Devolução de Capital	(88.566)	-	-	-	(88.566)
Destinação das Sobras: Reserva Especial	-	-	2.705.025	(2.705.025)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	48.971.970	1.320.446	7.818.703	5.627.788	63.738.907

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE
UBÁ – SICOOB-UNI

CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	30/06/2017	30/06/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	162.093.781	165.114.915
Sobras / (Perdas) ajustadas	5.793.470	8.806.939
Sobras do Exercício	5.627.788	8.632.993
Depreciações	108.640	107.579
Amortizações	61.262	85.065
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	(4.220)	(18.699)
(Aumento) redução nos Ativos	(57.855.665)	18.720.274
Títulos e Valores Mobiliários	(56.929.437)	13.797.267
Relações Interfinanceiras	-	457.394
Operações de Crédito	(155.471)	3.306.769
Outros Créditos	(746.204)	1.184.429
Outros Valores e Bens	(24.552)	(25.586)
Aumento (redução) nos Passivos	214.155.976	137.587.702
Depósitos	-	(999.312)
Outras Obrigações	(360.190)	(9.778.873)
Relações Interfinanceiras	214.516.166	148.446.766
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(80.855)
Relações Interdependências	-	(25)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(2.589.063)	(1.395.911)
Aumento dos Investimentos	(2.162.893)	(1.206.999)
Aquisições do Imobilizado Intangível	(415.071)	(119.200)
	(11.099)	(69.713)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	3.576.181	2.532.814
Integralizações de Capital	3.664.747	2.532.814
Devolução de Capital	(88.566)	-
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)	163.080.899	166.251.818
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	628.003.992	378.866.161
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	791.084.891	545.117.979
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	163.080.899	166.251.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

**CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONIA
OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016**

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONIA OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ - SICOOB UNI**, fundada em **27 de agosto de 2000**. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Atua conjuntamente com mais 8 (oito) cooperativas singulares associadas, todas classificadas como clássicas.

O SICOOB UNI tem como atividade preponderante a centralização financeira, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: centralização financeira, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71, a Lei Complementar nº 130/2009 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração em 18/08/2017

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Central incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

CPC nº	Assunto	Resolução CMN nº
	CPC Conceitual Básico (R1)	4.144/2012
01-R1	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	3.566/2008
03-R2	Demonstrações do Fluxo de Caixa	3.604/2008
05-R1	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/2009
10-R1	Pagamento Baseado em Ações	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/2011
24	Evento Subsequente	3.973/2011
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/2009
33-R1	Benefícios a Empregados	4.424/2015

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração das Sobras e Perdas

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a partir da data de sua aquisição.

c) Aplicação interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa Central questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representado substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos das filiadas (cooperativas singulares) centralizados, e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

l) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa Central tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes

envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

q) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2017**

s) Reapresentação da Demonstração das Sobras e Perdas de 30 de junho de 2016

A demonstração das sobras e perdas relativa ao semestre findo em 30 de junho de 2016 está sendo reapresentada para melhor divulgação do resultado auferido pela Central, em razão da reclassificação dos dispêndios de depósitos intercooperativos, que foram transferidos de "Dispêndios de Captação" (Resultado Bruto da Intermediação Financeira), para "Outros

Dispêndios/Despesas Operacionais” (Resultado Operacional), em atendimento ao previsto nas normas constantes do plano de contas do sistema financeiro – Cosif.

Os valores reclassificados não impactaram nas sobras líquidas apuradas no semestre findo em 30 de junho de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Caixa	4.852	2.710
Depósitos Bancários	1.668.494	230.485
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	789.411.545	544.884.784
TOTAL	791.084.891	545.117.979

(a) As aplicações interfinanceiras de liquidez foram consideradas como equivalentes de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 98% e 101% do CDI.

Do valor total aplicado em Depósitos Interfinanceiros em 30/6/2017, R\$ 83.959.032 está bloqueado e utilizado como contrapartida de captações de recursos DIR – Rural pelo BANCOOB para repasse aos associados das cooperativas singulares filiadas à Central.

6. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de junho de 2017** e de **2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Cotas de Fundo Curto Prazo	81.728.685	34.143.421
BANSICREDI - FUNDO CP	71.181.139	30.404.140
BANCO DO BRASIL - CP	10.547.546	3.739.280
Cotas de Fundo de Renda Fixa	155.219.770	83.212.187
BANSICREDI-FDO	-	46.646.659
BANCO DO BRASIL – Renda Fixa	9.192.884	8.121.226
BANCOOB CENTRALIZAÇÃO FI – Renda Fixa	38.228.026	28.444.303
SICREDI FI – Renda Fixa	107.798.860	-
TOTAL	236.948.455	117.355.608

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	-	500.575	500.575	859.410
(-) Provisões para Operações de Crédito	-	(5.006)	(5.006)	(21.464)
TOTAL	-	495.569	495.569	837.946

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016
A	0,50%	Normal	-	-	-	175.735	(879)
B	1%	Normal	500.575	500.575	(5.006)	-	-
C	3%	Normal	-	-	-	682.606	(20.478)
D	10%	Normal	-	-	-	1.069	(107)
Total Normal			500.575	500.575	(5.006)	859.410	(21.464)
Total Geral			500.575	500.575	(5.006)	859.410	(21.464)
Provisões			(5.006)	(5.006)		(21.464)	
Total Líquido			495.569	495.569		837.946	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	-	500.575	500.575
TOTAL	-	-	500.575	500.575

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	30/06/2017	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	500.575	500.575	100%
TOTAL	500.575	500.575	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	9.226	40.163
Constituições / Reversões	(4.220)	(18.699)
TOTAL	5.006	21.464

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2017	% Carteira Total	30/06/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	500.575	100,00%	682.606	79,43%
10 Maiores Devedores	500.575	100,00%	859.410	100,00%
50 Maiores Devedores	500.575	100,00%	859.410	100,00%

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2017	30/06/2016
Circulante	1.973.843	4.921.247
Adiantamentos e Antecipações Salariais	149.769	88.358
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	313.235	8.739
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	192.411	138.234
Impostos e Contribuições a Compensar	-	169
Pagamentos a Ressarcir	987.464	1.047.702
Títulos e Créditos a Receber	300.000	2.255.473
Devedores Diversos - País	30.964	1.382.572
Não Circulante	722.205	564.560
Depósitos em Garantia	722.205	564.560
TOTAL	2.696.048	5.485.807

9. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Despesas Antecipadas (I)	100.776	133.369
TOTAL	100.776	133.369

- (I) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

10. Investimentos

O saldo é substancialmente, por ações do BANCOOB e cotas de capital do Sicoob Confederação.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Bancoob (I)	13.898.703	11.634.003
Sicoob Confederação (II)	4.000.074	3.264.800
Unicred Brasil Central Corretora Seguros Ltda (II)	492.429	492.429
Cotas de participação na CNAC (IV)	200.000	30.000
Marcas e Patentes	4.676	4.676
TOTAL	18.595.882	15.425.908

(I) Ações do Bancoob no montante de R\$ 13.898.703 distribuídas em 3.668.182 ações ordinárias nominais e em 3.176.780 ações preferenciais nominais.

(II) Filiação a Confederação Nacional do Sicoob com aquisição de quotas de capital do Sicoob, sendo o montante de R\$ 4.000.074.

(III) A Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. não tem suas demonstrações financeiras auditadas. O percentual de participação é de 99%.

(IV) Referente a investimento na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

O valor do investimento em quotas do capital social do Sicoob Confederação foi ajustado, em agosto/2017, para o montante de R\$ 4.987.765, em virtude da capitalização de sobras ocorrida no 1º semestre de 2017. O efeito do ajuste, no valor de R\$ 987.691 foi registrado no resultado como Outras Receitas Operacionais.

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016	Taxa Depreciação
Terrenos	550.000	550.000	-
Edificações	1.055.441	1.609.612	4%
Instalações	106.086	103.288	10%
Móveis e equipamentos de Uso	608.442	318.304	10%
Sistema de Comunicação	165.085	119.360	10%
Sistema de Processamento de Dados	650.132	561.883	20%
Sistema de Segurança	25.894	25.894	10%
Sistema de Transporte	86.000	86.000	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(949.111)	(786.495)	-
TOTAL	2.297.968	2.587.846	

12. Intangível

Até a data-base 30/11/2016, registrava-se nesta rubrica os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares. De acordo com a Circular BACEN nº 3.791/2016, a partir de 01/12/2016, foi realizada a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.535 de 24/11/2016.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Outros Ativos Intangíveis	695.317	637.284
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(466.225)	(329.165)
TOTAL	229.092	308.119

13. Relações Interfinanceiras

Refere-se aos valores mantidos pelas cooperativas integrantes do Sistema **SICOOB UNI** para fins de centralização financeira. A remuneração média da centralização financeira em Junho/2017 foi de 106% do CDI, no valor de R\$ 8.169.178 e sua liquidez é imediata. Em Junho/2016, a remuneração média foi de 105% do CDI, no valor de R\$ 7.592.974. A remuneração da centralização financeira paga pela Central às suas cooperativas singulares é classificada como Dispêndios com Depósitos Intercooperativos.

14. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Sociais e Estatutárias	898.323	2.969.013
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	898.323	302.765
Cotas de Capital a Pagar	-	2.666.248
Fiscais e Previdenciárias	212.847	268.964
Impostos e contribuições a recolher	212.847	214.034
Provisão para Riscos Fiscais	-	54.930
Diversas	10.601.696	11.233.957
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (b)	1.128.348	359.386
Provisão para Pagamentos a Efetuar (c)	823.712	856.558
Credores Diversos – País (d)	8.348.047	9.874.069
Provisão para Demandas Judiciais (e)	301.589	143.944
Total de Outras Obrigações	11.712.866	14.471.933

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
- (b) Refere-se à provisão para pagamento de Fornecedores.
- (c) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com férias, 13º salário, encargos sociais e despesas administrativas.
- (d) Refere-se principalmente a provisão para pagamento da remuneração dos recursos mantidos pelas cooperativas singulares em centralização financeira em Junho/2017, no valor de R\$ 7.773.946, a ser efetivamente pago em Julho/2017.
- (e) Refere-se à provisão para demandas trabalhistas.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito em um voto.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	48.971.970	37.151.523
Associados	8	11

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **10%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Especial

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de **50%**, cuja utilização deve atender ao previsto nos artigos 13 e 16 do Estatuto Social do Sicoob Uni (Fundo de Reserva Especial – FRE).

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **29/04/2017**, foi deliberado que as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2016**, no valor de **R\$ 2.705.025** devem ser destinadas para o Fundo de Reserva Especial (FRE).

16. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Recuperação de encargos e despesas	11.189	39.774
Outras rendas operacionais (a)	7.790.552	13.227.832
TOTAL	7.801.741	13.267.606

(a) Registrado em “Outras Rendas Operacionais”, no 1º Semestre de 2017, principalmente, os dividendos recebidos do Bancoob, no valor de R\$ 1.469.619, e rateio orçamentário (rateio de despesas da central entre filiadas), no valor de R\$ 5.572.281.

17. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos (a)	46.434.201	37.364.211

(a) Refere-se a remuneração dos recursos mantidos pelas cooperativas singulares na Centralização Financeira do Sicoob Uni.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas a esta Central, e também a Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Singulares

Transação	Ativo/(Passivo e PL)	
	30/06/2017	30/06/2016
Valores a receber/a pagar		
Operações de Crédito	500.575	837.946
Rateio/Alocação Filiadas	947.120	1.011.020
Centralização Financeira	(976.996.909)	(625.972.057)
Remuneração da Centralização Financeira	(7.773.946)	(7.123.177)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	(48.971.970)	(37.151.523)
Transação	Receitas/(Despesas)	
	30/06/2017	30/06/2016
Operações de Crédito	10.752	188.407
Rateio/Alocação Filiadas	5.572.281	4.930.174
Centralização Financeira	(49.024.543)	(37.366.811)

b) Remuneração paga a administradores

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo **SICOOB UNI** do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Honorários	(13.600)	(24.520)
Cédulas de Presença	(524.325)	(467.094)
Encargos Sociais	(60.899)	(38.910)
TOTAL	(598.824)	(530.524)

Ainda conforme decidido na Assembleia Geral, a cédula de presença por reunião do Conselho de Administração e Fiscal, será custeada diretamente pela cooperativa singular representada, com valor correspondente àquele pago pela própria singular a seus conselheiros.

19. Gerenciamento de Risco

19.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma compartilhada entre a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação) e as cooperativas, o qual consiste em:

- A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

- (e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

19.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Central Sicoob UNI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Central Sicoob UNI aderiu às seguintes Políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado. Tais Políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de mercado e de liquidez, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado define a adoção dos seguintes procedimentos:

- (a) Utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado;
- (b) Análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- (c) Limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- (d) Realização periódica de backtests dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- (e) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- (f) Planos de contingência.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- (a) Limite mínimo de liquidez;
- (b) Projeção do fluxo de caixa para até 120 dias;
- (c) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- (d) Planos de contingência de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Central Sicoob UNI possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

19.3 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Central Sicoob UNI aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Central Sicoob UNI possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

19.4 Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Central Sicoob UNI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Central Sicoob UNI aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

20. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **30 de junho de 2017**, a Central Sicoob Uni é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 713.186 (R\$ 3.951.473 em 30/06/2016)** referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

21. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Índice de Basileia

O índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência – PR e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.

O patrimônio líquido da Central apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 23,5% em 30 de junho de 2017 e 26,72% em 30 de junho de 2016.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Patrimônio de Referência	57.458.903	42.428.442
Capital Principal – CP	57.458.903	42.428.442
Nível I	57.458.903	42.428.442
Razão de Alavancagem (RA)	5,45	6,17
Índice de imobilização	5,19	7,60
Ativos Ponderados pelos Riscos (RWA)	244.174.635	158.071.792

GOIÂNIA-GO, 30 de junho de 2017.

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONAS
OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB UNI
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazonas Ocidental e Município de Ubá – Sicoob Uni, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Uni em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Uni para o semestre findo em 30 de junho de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 22 de agosto de 2016 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 23 de agosto de 2017.

Vinícius Gasparino Rezende de Souza
Contador CRC DF – 019168/O-6
CNAI 2068